A QUESTÃO AGRÁRIA E A RESISTÊNCIA DO MOVIMENTO SEM TERRA NO MARANHÃO: a luta do acampamento Marielle Franco

Juliana Gonçalves Castro[1]

Karênina Fonsêca Silva[2]

RESUMO

O presente trabalho demarca historicamente a colonização portuguesa, perpassando pelas frentes de ocupação do campesinato maranhense, até a consolidação e expansão do agronegócio, que resulta no agravamento da questão agrária no estado. Nesse contexto de antagonismos e lutas de classes, registramos no Maranhão a resistência do acampamento Marielle Franco, que em 2018 realizou uma ocupação a um latifúndio improdutivo, outrora grilado por uma empresa siderúrgica, na cidade de Itinga, enfrentando os efeitos do desenvolvimentismo. Para tal investigação e apreensão da realidade, adotou-se como base metodológica o materialismo histórico dialético. Fez-se revisões bibliográficas em fontes primárias e secundárias, fundamentadas em autores clássicos e contemporâneos que discutem a temática, confrontando dados históricos e recentes. O acampamento Marielle Franco possui cerca de 150 famílias, ameaçadas de despejos, cuja reivindicação transcorre para a criação de assentamentos da Reforma Agrária junto ao Incra, na luta e resistência pela terra como condição de sobrevivência.

Palavras-chave: Questão agrária; Resistência; Acampamento MarielleFranco..

ABSTRACT

The present work historically marks the Portuguese colonization, passing through the occupation fronts of the Maranhão peasantry, until the consolidation and expansion of agribusiness, which results in the aggravation of the agrarian question in the state. In this context of antagonisms and class struggles, we registered in Maranhão the resistance of the Marielle Franco encampment, which in 2018 carried out an occupation of an unproductive latifundium, formerly illegally taken over by a steel company, in the city of Itinga, facing the effects of

[1]Assistente Social, mestranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional na Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil. Email: jugcastro@hotmail.com

[2]Orientadora do trabalho. Docente do Curso de Serviço Social da Faculdade Pitágoras e Professora colaboradora do Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da UEMA. Email:kareninafsilva@bol.com.br.

developmentalism. For such investigation and apprehension of reality, the dialectical historical materialism was adopted as a methodological basis. Bibliographic revisions were made in primary and secondary sources, based on classic and contemporary authors who discuss the theme, confronting historical and recent data. The Marielle Franco encampment has about 150 families, threatened with evictions, whose demand is for the creation of Agrarian Reform settlements with Incra, in the struggle and resistance for land as a condition of survival.

Keywords: agrarian question; Resistance; Camp MarielleFranco.

1 INTRODUÇÃO

A questão agrária é presente na sociedade brasileira desde a época da colonização quando a aquisição de um pedaço de terra, para produzir e habitar era um sonho da população pobre do campo. Este problema perdura até os dias atuais se alargando e ajudando na perpetuação da desigualdade social e no acesso da terra no Brasil. Os problemas referentes à questão agrária estão relacionados, essencialmente, a propriedade desigual e consequentemente a concentração da estrutura fundiária.O caso, na região maranhense, não será diferente, assim como em todo o Brasil, pois sua gênese está atrelada ao período colonial com a implantação do sistema de capitanias hereditárias em 1834, onde o donatário tinha como uma de suas prerrogativas a doação de lotes (sesmarias), que ao longo do tempo iam passando de geração em geração reforçando o caráter de concentração da terra.

Toda essa concentração e contexto da questão agrária nos remete a base da resistência camponesa. O debate teórico nos apresenta que as expressões da questão agrária mais recente se configuram sobre as faces do agronegócio e suas perspectivas produtivas. Então, observar a resistência de movimentos sociais da terra ao longo do trajeto histórico, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra-MST, se torna de grande necessidade para tentar compreender a organização desses trabalhadores no objetivo de garantir a realização dos seus direitos, além de se constituem como uma das principais características do campo brasileiro.O intuito do estudo consiste em compreender as expressões da questão agrária no Maranhão e a resistência do acampamento Marielle Franco, localizado na cidade de Itinga do Maranhão. Assim, este estudo se ancora, no Materialismo Histórico Dialético, apoiado em Marx, entendendo que a partir das expressões que demonstram um caráter de

disputa entre as classes e nesse viés de contradição ocorrerá a resistência desses trabalhadores do campo

2 QUESTÃO AGRÁRIA: ASPECTOS HISTÓRICOS NA REALIDADE MARANHENSE

Na perspectiva de compreendermos esse caráter concentrador e excludente da questão agrária no território maranhense, decidimos partir dos processos históricos de ocupação. Sendo assim destacamos, conforme Cabral (1992), as duas frentes de ocupação: a frente litorânea que se inicia no século XVII por volta dos anos 1619 e 1621, e a frente Pastoril ou Pastos Bons, que ocorre mais tarde em 1730. Tal ocupação do território maranhense se deu pelo viés de caráter econômico, como conseqüência, produziu intensos conflitos que foram travados pela posse da terra, inclusive entre os colonizadores e os indígenas.

O processo de ocupação no Maranhão ocorre de forma diferenciada e em tempos distintos. No norte do estado temos um processo de ocupação/colonização conduzido pelo próprio estado português, considerada uma frente de iniciativa estatal também conhecida como frente litorânea ou agrícola. Sobre a primeira corrente, Cabral (1992, p. 61) diz que ela deu continuidade à empresa expansionista que saiu de Pernambuco, em 1614 com destino ao Maranhão, com o objetivo de expulsar os franceses e iniciar o povoamento da região, pondo fim à França Equinocial, marcando, assim, o início da colonização portuguesa nessa Capitania. (ROCHA, 2015)

Observa-se, desse modo, a expansão do domínio luso sobre todo o território maranhense, dado por meio da escravização e dizimação (quando ofereceram resistência) das comunidades indígenas, habitantes da localidade. Para isso, a igreja teve participação decisiva através da catequese que contribuiu para a conformação dos índios aos padrões colonizadores. Conforme Cabral (1992) foram assim, características essenciais da frente litorânea a ação deliberada, o controle, a participação direta e a condução do Estado português no desenrolar da colonização do estado do Maranhão no litoral, nos vales dos rios Itapecuru, Munin, Pindaré e Mearim. (ROCHA,2015)

O outro processo de colonização acontece mais tarde, o do Sul Maranhense, a partir do século XVIII, por volta de 1730. Essa frente sulista fica conhecida como frente pastoril ou pastos bons, ocorrendo a partir da chegada no sul de criadores de gado vindos da Bahia e Pernambuco, já que Portugal proibiu em 1701 (carta régia) a instalação de fazendas no litoral, determinando que as fazendas só poderiam ser instaladas a partir de 10 léguas da costa. Dessa forma, os criadores foram obrigados a abandonar o litoral e se dirigir ao interior do Brasil, atingindo o sertão nordestino, no qual está o Sul do Maranhão, conhecido como região dos pastos bons. A ocupação do alto sertão maranhense, a exemplo da efetivada no litoral, foi empreendida através de muita violência, já que a verde campina cobiçada pelos criadores era *habitat* de inúmeras tribos indígenas que se opuseram à conquista e ao povoamento branco. Segundo Rocha (2015), grande parte das comunidades indígenas foram dizimadas pelos conquistadores.

Quando observamos esses dois tipos de frente não há como negar a característica da concentração fundiária na história maranhense, uma vez que, as duas utilizavam grandes extensões de terras para realizar suas atividades com uma ação colonizadora de devassamento.Continuando na perspectiva de compreender a formação social e econômica do Maranhão, recorre-se a análise de Arcangeli (1987), o qual aponta que nos anos posteriores a esse processo de ocupação e povoamento, mencionado anteriormente, ocorre o que ele caracteriza nas seguintes fases: a inserção do estado na divisão internacional do trabalho; involução econômica e inserção na divisão nacional do trabalho.

A inserção do estado na divisão internacional do trabalho se inscreve no intervalo que vai dos primeiros anos da segunda metade do século XVIII até a nona década do século XIX. É onde destacamos a inserção do Maranhão na divisão internacional do trabalho, na perspectiva de que nesse período a exportação de três produtos: o algodão, o arroz e o couro para a Europa sustentou a economia. O dado período teve seu auge até o início do século XIX, logo após isso se registraram os primeiros sinais de decadência.Posteriormente no século XIX até a metade do século XX, inicia-se uma nova fase e tem como especificidade, a abolição da escravatura no

Brasil. Esse momento é marcado pela “involução econômica”, pelo menos do ponto de vista da lógica capitalista expropriadora que regia as atividades primário-exportadoras no Brasil Colônia. (ROCHA, 2015)

O período seguinte que tem seu início a partir da metade do século XX, é denominado de “inserção na divisão nacional do trabalho”, marcada pela articulação econômica maranhense ao sistema de acumulação capitalista, tanto na esfera da circulação como da produção. As principais especificidades deste período podem ser sintetizadas com base nos seguintes fenômenos: surgimento da indústria do babaçu; produção de alimentos para o mercado nacional através do avanço das lavouras temporárias; ocupação do Oeste do estado e avanço da pecuária. Segundo Lima Júnior (1987, p. 23, *apud* ROCHA, 2015):

> Grande fluxo imigratório se originou das áreas de povoamento mais antigo, ou seja, dos vales do Parnaíba e Itapecuru e chapadas do alto sertão, em direção às de maior densidade de babaçuais, como o médio e baixo Mearim, também conhecida como Região dos Cocais”. Dentre os fluxos migratórios intra-estadual, destacam-se os nordestinos, vindos especialmente do Piauí e Ceará à procura de terras, esses fluxos são ocasionados por problemas fundiários e edafoclimáticos em seus estados de origem.

Dessa forma, na primeira metade do séc. XX chegaram ao Maranhão nordestino, fugindo da seca que assolava a região. Almeida (2017) destaca que esse fluxo migratório é formado também pelos nordestinos expulsos pela crise *plantation* açucareira:

> Um outro processo histórico com consequências marcantes para a economia estadual tem origem no movimento migratório formado por contingentes camponeses nordestinos expulsos pela crise da plantation açucareira de 29 e pelas sucessivas secas, que afetaram todo o Nordeste na primeira metade do século XX... A sua verdadeira importância do ponto de vista da economia maranhense está ligada à formação de uma frente pioneira agrícola, nas áreas contornadas ou parcialmente ocupadas pelo processo anterior de colonização, quais sejam regiões do Médio Mearim, Cocais e Pré-Amazônia Maranhense. (ALMEIDA, 2017, p.100)

Este fluxo migratório compôs a formação do campesinato maranhense. Porém, com a chegada desses migrantes no estado do Maranhão, os grandes proprietários passaram a cobrar mais pelo arrendamento da terra, motivo pelo qual muitos dos

recém-chegados não aceitaram as condições exploratórias impostas e migraram para o Oeste do Maranhão, onde existiam terras devolutas. Já no novo lugar, se estabeleceram em pequenas propriedades, cultivando produtos para o consumo e sobrevivência, a partir do sistema de roça itinerante e da exploração associada do arroz, milho, feijão e mandioca, principalmente na região do Médio Mearim, posteriormente este processo impulsionou na transformação do Maranhão no primeiro produtor de arroz do Brasil:

> A outra grande consequência do fluxo migratório nordestino é a formação propriamente dita da frente agrícola que, a partir da região de transição para o vale do médio Mearim, vai ocupando terras livres com base na exploração familiar, transformando o arroz, seu produto comercial por excelência, em elemento de maior peso na economia estadual, já a partir dos anos 50. (ALMEIDA, 2017, p.101)

Importante destacar, segundo Botelho (2007), que essas áreas ocupadas no Oeste Maranhense pelos retirantes da seca no Nordeste vão ser mais tarde objeto de cobiça dos grandes proprietários de empresas capitalistas, com o objetivo de exploração. As respectivas áreas de ocupação recente, ocupadas na primeira metade do século XX pelos imigrantes nordestinos que fugiam da seca e do latifúndio, vão constituir nas regiões de maiores conflitos agrários em função da disputa pela terra envolvendo os posseiros, os grandes proprietários e empresas capitalistas- esses últimos (latifundiários e empresas) que vão com a conivência do Estado e de autoridades, se apropriar da terra, muitas vezes através de atos de grilagem.

O mesmo autor ressalta a importância em compreendermos tal contexto paradoxo da história econômica maranhense, de desenvolvimento por um lado e de dificuldades socioeconômicas por outro, é necessário observar que entre as décadas de 1930 a 1970 se tinha uma produção agrícola familiar voltada à produção de quatro produtos típicos da alimentação: arroz, mandioca, feijão e milho. Após 1970 o estado assume uma postura de desenvolvimento dos grandes projetos, implicando no declínio dessa produção agrícola. Dessa forma, observamos uma expressão da questão social no contexto da agricultura familiar, cuja ocorrência se destaca na década de 1970, momento em que segundo Arcangeli (1987) o Maranhão entra na rota do capital mundial.

Nesse período a concentração de terras vai tomando maiores proporções como observamos na Lei de Terras ou Lei nº 2.979, aprovada no Maranhão em 17 de julho de 1969, no governo Sarney (1966-1971), que, para muitos estudiosos, desencadeou o aumento da concentração fundiária no estado. Conhecida também como Lei Sarney de Terras, a referida legislação integrava o discurso "modernizante" do então governador, sendo esta sua principal criação no âmbito agrário, e consistia na regulamentação jurídica das terras públicas estaduais, possibilitando a atração de grupos econômicos, e projetando a grilagem na Amazônia Legal, pois, conforme Feitosa e Ribeiro (1991, p. 72):

> O processo de aquisição de terras, de grandes glebas, é acelerado no Maranhão a partir de 60, início da década de 70, após o advento da lei de terras do governo Sarney, que foi promulgado no governo Pedro Neiva. A partir daí, além da aquisição por preços risíveis, as terras devolutas do estado passaram a ser objeto de grilagem cartorial e apropriação forçada por grileiros que contavam, inclusive, com o apoio de certos setores do judiciário, bem como, acima de tudo, do aparato policial do estado.

Tal ato governamental promoveu o aumento de latifúndios, havendo uma ocupação agrária desordenada que gerou grandes conflitos no estado. Corroborando com essa perspectiva, Barbosa (2011) analisa que essa lei estabeleceu um verdadeiro mercado de terras no Maranhão, tornando-se responsável por um conjunto de transformações sociais no campo.

A mesma autora, ainda destaca, que nos anos 1980 o modelo de desenvolvimento passou por transformações qualitativas a partir do II PND (Plano nacional de Desenvolvimento) quando as regiões Norte e Nordeste, finalmente, passavam a ser o carro chefe de grandes projetos industriais. A primazia consistia na adoção de projetos industriais que buscavam articular um desenvolvimento regional pautado na lógica hegemônica global (BARBOSA, 2011). Todos esses empreendimentos econômicos agravaram a questão agrária e urbana, pois ocasionou o processo de transferência de terras devolutas para diversas corporações empresarias:

> A prioridade era implantar grandes projetos industriais: ferro, aço, celulose alumínio. Tratava-se na visão dos militares de um desenvolvimento integrado

> voltado para os espaços econômico regionais a partir de uma concepção global de desenvolvimento regional. A dinamização desse processo (articulação entre interesses transnacionais, regionais e locais) permitiu a instalação de megas projetos industriais. Hegemonizado pelo Programa Grande Carajás, no bojo do qual o Maranhão novamente voltava as inserir na dinâmica do capitalismo internacional, agora, como corredor de exportação de minério de ferro. (BARBOSA, 2011, p.3-4)

Corroborando com essa perspectiva, Lopes (2006, *apud* DELGADO, 2010) aponta o Estado como um articulador para a implantação de grandes projetos: "O Estado, numa articulação do poder central com as elites políticas regionais, construiu as bases espaciais com o deslocamento de populações inteiras de áreas de interesse dos "Grandes Projeto"(LOPES, 2006, apud DELGADO, 2010, p. 54-55). Lopes (2006, *apud* DELGADO, 2010) destaca que essa expansão do capital mundializado avança na primeira metade da década de 1990, sem a esperada expansão industrial, mas com uma novidade, o agronegócio.

> Se firma na segunda metade da década de 1990 com a consolidação do primeiro movimento sem a esperada e anunciada expansão industrial. A novidade ficou por conta da expansão do **agronegócio** para além do corredor do minério em outras regiões do Maranhão e da privatização, em 1997, da Vale do Rio Doce, uma das maiores empresas estatais do Estado brasileiro e das reservas minerais da Amazônia, que agora avança no projeto de expropriação da ilha de São Luís para implantação do "Polo Siderurgico". (FERREIRA, 2004, p. 54)

Dessa maneira, observamos que nos anos 1990 ocorre uma consolidação e expansão do agronegócio, agravando ainda mais a questão agrária no estado. Conforme Delgado (2010), a partir desse contexto desenvolvimentista, ocorre a priorização de três *commodities* no estado do Maranhão, a soja, os minerais de ferro e alumínio, considerados mais rentáveis. Além destas produções, destaca-se o investimento feito pelo capital no campo maranhense, para a entrada de capitais na produção de alimentos e no cultivo da lavoura canavieira para produção de álcool como combustível, assim como o eucalipto, o bambu e o arroz.

Baseado nisso, Mesquita (2011) chama atenção para a transformação que o agronegócio causou no cenário da agricultura maranhense, resultando numa avalanche de produtores modernos para o plantio de soja e eucalipto na perspectiva

de atender a demanda externa, fator que nos leva a recordar muito a base da agricultura de moldes *plantation*:

> Neste cenário o Maranhão se tornou um importante produtor de arroz e desempenhou até os anos setenta uma função chave no processo de acumulação do núcleo mais dinâmico. A partir daí, com a prioridade dada pelo Governo (Sudene, Sudam, BNDES, BB, CVRD, Estado, etc) à atividades capitalistas como a pecuária de corte e os empreendimentos incluídos no Projeto Grande Carajás, a agricultura itinerante, "atrasada", não capitalista, que tinha no arroz a sua principal fonte de expansão, declina sistematicamente e perde importância neste contexto nacional. A dinâmica antes dada pela agricultura familiar se deslocará para o agronegócio (soja, eucalipto e pecuária), as fontes governamentais de financiamento estendem sua prioridade aos cerrados do Maranhão, Tocantins, Bahia e Piauí. O resultado é uma avalanche de produtores "modernos" em segmentos do campo maranhense, com destaque para o plantio em grande escala de soja e eucalipto, ambos voltados para atender a uma demanda externa por commodities (grãos e minérios) induzida, sobretudo, pelo forte crescimento da China nos últimos 20 anos. (MESQUITA, 2011, p. 23-24)

Logo, observamos que a emergência do agronegócio no Maranhão está diretamente associada ao plantio de eucalipto, nas mesorregiões do Leste e Oeste Maranhense. Essas plantações de eucalipto relacionam-se a empresas do grupo Suzano de Papel e Celulose S/A, tendo suas atividades realizadas no município Urbano Santos, a CELMAR S/A, instalada nos municípios Imperatriz e Açailândia, ambas para produção de carvão vegetal e toneladas de celulose de fibra curta. (CARNEIRO, 2008, *apud,* DELGADO, 2010)

A produção de soja no Sul do Maranhão utiliza técnicas e tecnologias modernas, com uma produção mecanizada e informatizada. Articulado a isto, o Estado possibilita grandes recursos para investimentos e uma infraestrutura que garante o transporte rodoviário e portuário da produção, sendo assim, a lógica está voltada para atender o mercado externo. Tal cultura sojícola ocasiona elevados problemas ao campo, uma vez que seu cultivo é realizado em grande escala, ocupando extensas faixas de terra, o que prejudica a lavoura de subsistência realizada pelas famílias camponesas e ocasiona grandes e intensos impactos na produção familiar, logo, gerando conflitos socioambientais, econômicos e culturais.

No entanto, apesar dos muitos problemas e conflitos causados pelas práticas produtivas do agronegócio, o estado do Maranhão assume importante papel de aliado do setor, não priorizando o enfretamento da questão agrária, nem realizando as políticas agrícolas e agrárias destinadas à agricultura familiar camponesa. Todo esse contexto de investimentos do agronegócio, assim como os projetos de infraestrutura, não aconteceu e nem tem se dado de forma harmoniosa, pois muitos são os conflitos, e os agricultores familiares, posseiros, quebradeiras de coco, indígenas, quilombolas, extrativistas de modo geral e pescadores, têm, historicamente, construído formas de organização política em defesa de seus territórios. (DELGADO,2010)

Toda essa conjuntura da questão agrária nos remete a base da resistência camponesa. O debate teórico nos apresenta que as expressões da questão agrária mais recente se configuram sobre as faces do agronegócio e suas perspectivas produtivas. Então, observar a resistência de movimentos sociais da terra ao longo do contexto histórico, a exemplo o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra-MST, se torna de grande necessidade para tentar compreender a organização desses trabalhadores no objetivo de garantir a realização dos seus direitos, além de se constituir como uma das principais características do campo brasileiro.

3 RESISTÊNCIA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA – MST NO MARANHÃO E O ACAMPAMENTO MARIELLE FRANCO.

Nesse contexto de contradição e expansão desigual no campo agrário brasileiro, visualiza-se a resistência camponesa através da sua organização e luta nos movimentos sociais. Assim, estes passam a se tornar referência na realização de lutas, sendo considerados a forma mais eficiente de resistência do campesinato.De tal modo, pretendemos nesta parte do texto argumentar a respeito do contexto histórico do MST no Maranhão, refletindo de forma breve sobre esse movimento socioterritorial.Sendo assim, observaremos a seguir, no contexto histórico do MST a nível regional, que tal movimento tem como objetivo principal a conquista da terra/território, o que Fernandes e Martins (2004) destacam também como característica desse conceito de movimento socioterritorial e da prática do MST:

> Os movimentos socioterritoriais têm o território como trunfo. Da mesma foram que a existência dos movimentos socioespaciais está diretamente relacionada com determinados espaços, a existência dos movimentos socioterritoriais está absolutamente vinculada ao território. Um movimento socioterritorial como o MST tem como um de seus principais objetivos a conquista da terra de trabalho. (FERNANDES, MARTINS, p.9-10)

De forma breve, notamos o início do MST no Brasil ocorrendo a partir da reação de diversas famílias e trabalhadores rurais no desejo pela reforma agrária, o que levou a realização de ocupações e mobilizações nos estados do Brasil. Assim, no contexto nacional a primeira semente do Movimento Sem Terra é plantada em 7 de setembro de 1979, na ocupação da fazenda Macali, em Ronda Alta - Rio Grande do Sul. É necessário entender que já existia um espaço aberto para o surgimento do Movimento Sem Terra, pois já existia a Comissão Pastoral da Terra-CPT, sendo que:

> Muitas outras lutas, nesse estado e em todo país, foram gerando lideranças e incrementando a consciência da necessidade de ampliação das conquistas em busca de um objetivo mais alto: a reforma agrária. O espaço aberto para esse processo foi a CPT, sem a qual, em anos de ditadura, o Movimento não teria nascido ou talvez demorasse ainda muito tempo para surgir. (MORISSAWA, 2007, p.123)

Essas reações ocorreram em todo o país, mas com mais visibilidade e intensidade nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo. E, nessa perspectiva das dinâmicas organizativas das famílias para executar as ocupações, Fernandes e Martin (2004) descrevem que tal ato quebra o tabu da formação sócio-historica do latifúndio:

> É na preparação e na realização de uma ocupação, mais ou menos massiva, que os sem-terra dão-se os meios de pôr, radicalmente, em questão o tabu sócio histórico do latifúndio. A ocupação constitui uma transgressão dos limites, no caso fundiário, oficialmente traçada. Mas, ela é, ao mesmo tempo, um conjunto de práticas sociais que constroem e estruturam o movimento. (FERNANDES, MARTIN, 2004, p.7-8)

A nível regional, a primeira ação do MST no estado do Maranhão, se deu com a participação de integrantes do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural - CENTRU no primeiro Congresso Nacional do MST. O CENTRU é uma entidade que atua no Oeste do Maranhão, região que se caracteriza por imensos pedaços de terras griladas, e uma dessas terras era uma fazenda chamada Pindaré, que no final da

década de 1960 foi distribuída para vários grupos empresariaiscomo Varig, Pao-de-Açucar, Sharp, Cacique e Mesbla, além disso, havia projetos de extração de madeira e projetos agropecuários financiados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM nessa região.(AZAR,2005)

No processo organizativo do MST no Maranhão, destacamos a ocupação organizada pelo Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU), apoiado pelo MST da fazenda Capoema, um “grilo” de 60.000 hectares, localizada em Santa Luzia. Em seguida, ocorreu a ocupação da fazenda Criminosa, em Imperatriz, que pertencia à empresa Sharp. A próxima ocupação foi da fazenda Gameleira, também em Imperatriz, com 144 famílias. Uma semana após essa ocupação ocorreu outra em Buriticupu, onde 27 famílias entraram na fazenda Terra Bela. Essas ações tiveram o apoio do Partido dos Traalhadores, da CUT e da CPT. Posteriormente, essas áreas foram desapropriadas, claro que a custo de muita resistência e ocupações. Tais ações consolidaram o MST no Maranhão. (AZAR, 2005)

O número de sem terras organizadas pelo Movimento aumentou no território maranhense, ocorrendo assim em janeiro de 1991 o Encontro Estadual, onde foi decidido a criação de três regionais: Tocantina, Pindaré e Médio Mearim, para melhor desenvolver as ações organizativas, como capacitação nos aspectos técnicos e produtivos, estimulando o trabalho coletivo e a criação de cooperativas.

Sempre resistindo ao contexto desfavorável e lutando para a realização de uma reforma agrária, é que no estado do Maranhão o MST articula-se para realizar várias ocupações. No dado panorama, destaca-se a ocupação realizada em 2018 a um latifúndio improdutivo na cidade de Itinga, em uma área pública que está em situação de grilagem pela empresa Viena Siderúrgica. O Acampamento recebeu o nome de Marielle Franco, possuindo hoje cerca de 150 famílias e o Movimento reivindica a área para a criação de assentamentos de Reforma Agrária.

As famílias do Acampamento Marielle Franco vêm das periferias das cidades de Açailândia e Itinga, onde as dificuldades de emprego e a necessidade de terra para trabalhar levaram essas famílias à organização. O MST no Maranhão já reivindica a

área junto ao Incra, que informou que a terra pertence a União Federal e tem uma extensão de cerca de 9 mil hectares, o que, segundo a coordenação do Movimento, daria para assentar cerca de 150 famílias. Apesar de ainda não terem garantia da posse dessa área, que está em processo de desapropriação, os agricultores acampados ali já avançam na produção de arroz, feijão, fava, abóbora, farinha, milho e diversas frutas e hortaliças. Produzem uma diversidade de alimentos em um pequeno espaço de 110 hectares da área ocupada, em meio à pulverização de agrotóxicos para o cultivo de soja e eucalipto que se espalha pelo Sul Maranhense.

A organização produtiva é colaborativa e cada família possui três linhas de roças destinadas a subsistência e venda nas feiras de Itinga. Com admirável organização coletiva, os acampados já estruturaram o local com ônibus, uma mercearia, duas igrejas e uma escola, construída pelos próprios moradores e reconhece como anexo da escola municipal Luís Rocha, com cerca de 90 alunos matriculados no ensino infantil, fundamental e ensino de jovens e adultos e sete funcionários. (MST, 2020)

Com o plantio livre de agrotóxicos, os produtores também declaram preocupação com o avanço do monocultivo, que além de retirar agricultores de suas terras, também prejudica o plantio de alimentos em razão da pulverização de agrotóxicos na região. A região compreendida como mesorregião Sul Maranhense é pioneira na produção de soja em larga escala. Ainda no final dos anos 1990, alcançou a margem de 448,4 mil toneladas produzidas em quase 176,4 mil hectares, que antes era espaço de agricultores familiares que da terra, tiravam a subsistência, mas se viram obrigados a migrar para centros urbanos como Itinga, Açailândia e Imperatriz. (MST, 2020)

Assim, em meio a uma imensidão de soja e eucalipto, o acampamento Marielle Franco no Maranhão, é considerado um ponto de luta e sustentabilidade. Com muita resistência, trabalho e organização, as famílias já colhem os alimentos da terra fértil que estava grilada por uma empresa siderúrgica. Contudo, atualmente, as famílias seguem ameaçadas de despejos.

4 CONCLUSÃO

A partir das indicações presentes no trabalho, foi possível inferir que a questão agrária é um elemento constituinte da expressão histórica do estado do Maranhão. Partindo da categoria histórica de que sua expressão inicia na colonização e perdura até a contemporaneidade, com mínimas interferências do estado para a efetivação da Reforma Agrária.Todo esse contexto faz surgir movimentos dos trabalhadores camponeses. Que expressam suas lutas por terra e melhores condições de trabalho. Um movimento especial, tratado neste trabalho, é o Movimento Sem Terra- MST. Articulando diversas ações de ocupação com grande expressividade na sociedade, tornou-se um reconhecido movimento no enfrentamento da questão agrária no estado do Maranhão.

Acerca do acampamento Marielle Franco, suas particularidades demonstram a ação de luta popular de resistência, como coloca Fernandes (2004, p.) “a ocupação é um processo socioespacial e político complexo compreendido como forma de luta popular de resistência do campesinato, para sua recriação e criação.” Resistência na ação de ocupar, na ação de produzir, na ação de ter a perspectiva da realização de uma práxis que gere transformação na vida desses sujeitos envolvidos na luta.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B.; MOURÃO, L. **Questões agrárias no Maranhão contemporâneo.** Manaus: UEA Edições, 2017, p. 63-143

ARCANGELI, Alberto. **O mito da terra: uma analise da colonização da Pré-Amazônica Maranhense.** São Luís: UFMA\PPG\EUMA, 1987.

AZAR, Zaira Sabry. **A organização da produção da vila Diamante na luta pela terra no MA.** São Luís: UFMA, 2005. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-graduação em Politicas Publicas, UFMA, São Luís, Maranhão, 2005.

BARBOSA, Z. **O global e o regional. Grandes projetos, desigualdades regionais e lutas sociais no Maranhão.** Anais V Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2011, São Luis, MA.

BOTELHO, Joan. **Conhecendo e debatendo a História do Maranhão**. São Luís: Ver Curiosidade, 2007.

CABRAL, M. S. C. **A frente de expansão na colonização maranhense: a litorânea; A frente de expansão na colonização maranhense: a do interior In Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão.** São Luis: SIOGE, 1992, p. 58-137.

DELGADO, Laurinete Rodrigues da Silva. **A relação serviço social e questão agraria na contemporaneidade: inserção e prática de assistente social no MST e na FETAEMA no Maranhão.** São Luís: UFMA. Dissertação (Mestrado)- Programa de pós graduação em Politicas Publicas, UFMA, São Luís, Maranhão, 2010.

FEITOSA, Moacir; RIBEIRO,Évi. **Ensaio sócio econômico e histórico**. São Luís: Fase, 1991.

FERNANDES,BernardoMançano; MARTIN,Jean-Yves. **Movimento socioterritorial e "globalização": algumas reflexões a partir do caso do MST**, 2004.

MESQUITA, Benjamin Alvino. "Intervenção governamental e transformação do setor agrícola". In: MESQUITA, Benjamim A. **O desenvolvimento desigual da agricultura: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar**. São Luís: EDUFMA, 2011. p. 37-49.

MORISSAWA, Mitsue**. A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ROCHA, Rosimary Gomes. **O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO SUL DO MARANHÃO: Dinamismo econômico e des(re)ordenamento territorial**. v. 1, n. 1 ,jan./jun. 2015.